



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRA~~XIS~~IS

ANO IX - Nº 90 - JULHO/AGOSTO 2016



FIM?



JUSTIÇA
ELEITORAL

1 2 3
4 5 6
7 8 9
0

BRANCO

CORRIGE

CONFIRMA

Os limites das eleições e da democracia

Páginas 8 e 9



Serviço Social 80 anos
Formação profissional

Páginas 12 e 13

Exercício profissional
Ataques à previdência social

Páginas 4 e 5

CRESS opina

Apologia do estupro, LGBTfobia e “cultura sem partido”

Imagine um país em que cerca de 50 mil mulheres são violentadas por ano. Imagine, ainda, que mais da metade dos agressores são, comprovadamente, conhecidos da vítima, e em parte não desprezível dos casos um membro da família – muitas vezes o próprio pai biológico.

Suponha agora um país em que, há anos sem cessar, uma pessoa LGBT é morta a cada 26 ou 27 horas – quase uma ao dia, mais de 300 ao ano –, comprovadamente por motivação relacionada à LGBTfobia. Suponha que, nesse país, milhares de denúncias de agressão LGBTfóbica são feitas por ano, excedendo cinco por dia. Suponha, ainda, que outra vez mais da metade dos agressores são conhecidos da vítima, sendo, em cerca de 40% dos casos, familiares.

Nesse país chamado Brasil estão atualmente em discussão Projetos de Lei que pretendem proibir os professores de discutir em sala de aula qualquer tema que presumidamente contrarie crenças ou valores dos pais e mães de estudantes. Conhecidos comumente sob o nome de Escola Sem Partido, um de seus principais pontos de apoio é a garantia do “direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções” (citado). E, fundada sobre esse estranho pressuposto de que haveria convicções que deveriam impedir o acesso de estudantes ao debate aberto e à possibilidade de crítica do existente,

encontra-se nos referidos projetos a garantia de que “[o] Poder Público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer ou direcionar o natural desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da ideologia de gênero” (citado).

Acontece que a LGBTfobia e o estupro têm algo em comum: estão conectados a concepções de mundo que tratam como públicas questões privadas, ao mesmo tempo em que remetem ao âmbito privado importantes questões públicas. Por um lado, o controle privado sobre a própria sexualidade em suas mais diversas expressões é submetido ao crivo ou à decisão de outrem; por outro lado, a obrigação pública de que se respeite o direito de cada um viver sua sexualidade como bem entender é quebrada quando remetida ao âmbito privado, em que alguém poderia simplesmente decidir se respeita ou não a decisão ou a orientação do outro, arrogando-se o direito de, em caso de desacordo, impor sua posição pelo simples fato de ser capaz de impô-la. Pode-se, por isso, dizer que alguém que bate em uma lésbica devido a sua orientação sexual, ou que força uma pessoa mediante a violência (ou a exploração da vulnerabilidade, no caso de uma criança) a praticar ato libidinoso, está tendo uma atitude ética plena de implicações políticas.

A chamada “ideologia de gênero”, por sua vez, não é exatamente uma ideologia: faz parte de um corpo de pensamento que

visa a explicar e compreender a realidade. Pode, assim, instrumentalizar uma criança ou adolescente, LGBT ou não, vitimada sexualmente em contexto extrafamiliar ou por um membro próximo da família (talvez até mesmo aquele cujas “convicções” não poderiam ser contrariadas pelos professores...), a tomar consciência das implicações do assunto e se dispor a denunciar ou articular outros meios de defesa que lhe permitam superar essa violência. Pode, ainda, ao mostrar que não se trata de problema meramente individual, subsidiar o engajamento de mulheres e homens, LGBT ou não, na luta coletiva contra esse tipo de situação. Ou até mesmo estimular a implicação na batalha por uma sociedade livre da opressão de gênero, raça, etnia e da exploração de classe – em que aquele tipo de problema possa vir a ser finalmente superado.

Veja-se que curioso... O projeto que diz ser “sem partido” proíbe a veiculação, por parte dos professores, de uma supostamente temível “ideologia de gênero”. Mas ela nada mais é que o conjunto de informações e análises críticas que permitem a estudantes e a toda a sociedade problematizar e refletir, por exemplo, sobre os alarmantes números expostos nos dois primeiros parágrafos deste texto, acima. Vale perguntar: será que aqueles problemas não devem ser enfrentados? Ou ainda: a quem interessa não os enfrentar?

* Todos os trechos entre aspas seguidos pela indicação “citado” foram retirados diretamente do Projeto de Lei Federal conhecido como “Escola Sem Partido”, disponível em <http://www.programaescolasempartido.org/pl-federal>



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - Nº 90 - Julho/Agosto 2016

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: diretoria@cressrj.org.br

www.cressrj.org.br

Presidente: Rodrigo Silva Lima

Vice-presidente: Denise Nicacio Pereira

1º Secretário: Carlos Felipe Nunes Moreira

2º Secretária: Márcia Denise de Canena

1ª Tesoureira: Carolina Cruz da Silva

2ª Tesoureira: Mônica Simone Pereira Olivar

Conselho Fiscal: Vanessa Bezerra de Souza, Christiane dos Passos Guimarães, Nelson Félix Lima Neto

Suplentes: Charles Toniolo de Sousa, Eliane Santos de Assis, Glícia Nick de Oliveira, Sílvia Dabdab Calache Distler, Moara Paiva Zanetti, Vera Sodrê de Araújo, Débora Rodrigues de Araújo, Carla Maria Diniz Fernandez

Comissão de Comunicação e Cultura: Carlos Felipe Nunes Moreira, Rodrigo Silva Lima, Nelson Félix Lima Neto, Carla Maria Diniz Fernandes, Sílvia Dabdab Calache Distler, Moara Paiva Zanetti, Caio Martins, Victor Neves, Célio Albuquerque, Rafael Lopes

Seccional Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 – Centro – Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Liliâne Cardoso d’Almeida

Secretário: Jonis M. S. Felipe

Tesoureira: Eliana Ferez

Suplentes: Cristiano Correa Pessanha; Fernanda de Oliveira Monteiro; Natália Meritello

Seccional Sul Fluminense – Volta Redonda

R. Gen. Osvaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003 – Pontual Shopping – CEP 27261-050

Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Suellen das Chagas Bitencourt

Tesoureira: Paula Almeida Pereira

Secretária: Débora Tavares Rodrigues

Suplentes: Fabiela Salvador da Costa

Jornalistas responsáveis: Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751) e Rafael Lopes (SRTE/RJ 33988)

Estagiária de comunicação: Carolina Rodrigues

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações: Carlos D

Impressão: Gráfica Colorset – **Tiragem:** 17.600 exemplares - **Data de impressão:** 02/09/2016

Notas

Produções do CRESS-RJ no CBAS

Uma atividade de grande importância no exercício profissional é a sistematização da prática. O CRESS-RJ, atento a essa necessidade, estimulou que seus trabalhadores, comissões e núcleos escrevessem trabalhos para serem apresentados durante o 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em Recife/PE.

Todos os trabalhos que foram submetidos à avaliação foram aprovados e serão publicados nos anais do Congresso. Como forma de incentivo, o CRESS-RJ decidiu custear o pagamento e uma inscrição para um autor de cada trabalho aprovado, para que possa ser apresentado durante o evento. O critério para o custeio foi a relação que o conteúdo do trabalho possui com as experiências do cotidiano do CRESS. No caso de ser trabalhador do Conselho, o CRESS-RJ decidiu custear também o deslocamento e a hospedagem.

A direção parabeniza os autores, e convida a categoria a conhecer essas produções que falam sobre o cotidiano do Conselho. Veja a lista de trabalhos publicados e respectivas autorias.

Trabalhadores do CRESS-RJ

Daniele Ferreira	Afastamento preventivo de conselheiro CFESS/CRESS apontamentos acerca de suas implicações políticas
Marenilse Saturnino e Sílvia Dabdab	A política de educação e a inserção de assistentes sociais
Marenilse Saturnino, Maria de Fátima Valentim e Nízia Maria Vieira dos Santos:	O exercício profissional de assistentes sociais na função de agente fiscal: a experiência do Brasil
Rhossane Pereira e Aline Miranda	Exercício profissional na assistência social: breves reflexões a partir das visitas programadas da comissão de orientação e fiscalização

Base e Diretoria

Carlos Felipe Nunes Moreira, Jéssica Oliveira Monteiro, Priscila Furtado da Silva e Sílvia Dabdab Calache Distler	História e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas: experiência de um seminário construído pelo CRESS-RJ
Juliana Souza dos Santos e Moara Paiva Zanetti	A experiência do Núcleo Josy Ramos: uma reflexão sobre as tensões e contradições sociais que situam o exercício profissional das assistentes sociais da Região dos Lagos/RJ
Rhossane Pereira e Aline Miranda	Exercício profissional na assistência social: breves reflexões a partir das visitas programadas da comissão de orientação e fiscalização



Aline Batista de Paula, Ana Paula Procopio da Silva, Carmen dos Santos Camerino, Denise Nicacio Pereira, Glícia Nick de Oliveira, Rosane Pereira Marques e Silvana Marinho

Comissão de gênero, etnia e diversidade sexual e exercício profissional: espaço de luta contra o conservadorismo no horizonte da garantia de direitos

Rodrigo Silva Lima, Uiara da Silva, Marlúcia Avellar, Carolina Gilbete e Robson Roberto da Silva

A atuação do CRESS e da comissão de assistência social na Operação e Plano Verão

Alessandra Gomes Mendes e Sílvia Maria Ribeiro

O Fórum Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente: desafios e potencialidades na defesa do projeto ético-político hegemônico do Serviço Social numa conjuntura políticoeconômica especialmente adversa

Dácia Cristina Teles Costa, Denise Nicácio Pereira e Moara Paiva Zanetti

A experiência e as reflexões sobre a comissão de empresa no Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro

Oficinas sobre benefícios previdenciários

Em razão do grande sucesso de público e da centralidade que o debate sobre a previdência social ganhou na atual conjuntura, o CRESS-RJ decidiu realizar a oficina sobre benefícios previdenciários nos núcleos do CRESS até maio de 2017. A proposta é qualificar o debate também para assistentes sociais no interior do estado. Acompanhe a agenda das novas oficinas através dos nossos instrumentos de comunicação.

O CRESS-RJ na Região Sudeste

No dia 11/6, ocorreu no auditório do Conselho a assembleia ordinária que elegeu a delegação do CRESS-RJ para o 45º Encontro Nacional CFESS/CRESS, que ocorrerá em outubro. O Encontro Nacional é precedido do Encontro Descentralizado dos CRESS por região do país. Os CRESS da região sudeste se reuniram no período de 1 a 3/7, em Belo Horizonte/MG. Também em Belo Horizonte/MG, ocorreu, simultaneamente, o Fórum Regional das COFIs e o Fórum Regional das Comissões Permanentes de Ética, no dia 30/6.



Registro e anuidade

- O CRESS-RJ vem despendendo esforços para melhorar o atendimento no setor de registro e anuidade.
- Recentemente, a quantidade de profissionais no setor de inscrição foi aumentada visando melhorar a qualidade do atendimento e do serviço prestado.
- Ações como essa são possíveis devido a arrecadação das anuidades pagas ao Conselho. O CRESS tem um papel político e administrativo de relevância para a sociedade.
- Tornar cada vez mais eficiente tem sido uma preocupação da atual gestão.
- Você que ainda não realizou o pagamento da sua anuidade do exercício de 2016 entre em contato com o setor de anuidade através do número (21) 3147-8772 ou pelo e-mail registroeanuidade1@cressrj.org.br

PRAXIS NO FEMININO: No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESS-RJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.

Exercício profissional

Ataques à Previdência Social

Não é de hoje que a previdência social está sob ataque do grande capital. O governo ilegítimo de Michel Temer acelera e intensifica esse processo ao adotar sem reservas toda a agenda neoliberal. Dentre os principais ataques à previdência social estão: revisões das aposentadorias por invalidez e do auxílio-doença, assim como a tentativa de aumentar a idade mínima para aposentadoria e a unificação dos regimes previdenciários. Com o argumento falacioso de “rombo” nos gastos públicos, o Ministério do Planejamento afirma que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) apresenta “déficit” de R\$ 147 bilhões em 2016. Munido desse artifício, o governo busca a qualquer custo alterar e reduzir o acesso aos benefícios conquistado pela classe trabalhadora. Inclusive com a previsão de mais de 100 mil perícias por mês com o objetivo de “verificar” se trabalhadores continuam incapazes.

Dentro desse contexto está o Serviço Social do INSS. O assistente social Camilo de Jesus, que está lotado na agência de Santa Cruz, zona oeste do município do Rio de Janeiro, explica que o deslocamento da correlação de forças dentro da instituição afeta diretamente o trabalho de assistentes sociais.

“O Serviço Social historicamente é reconhecido como uma profissão inserida na defesa dos direitos dos usuários, andando na contramão dos interesses dominantes. Porque a lógica é sempre a de restrição de direitos. Os ataques à previdência já vêm há tempos. Temos discutido e nos mobilizado para barrar essas ofensivas, tentando transformar isso em repostas à população”, defende.

Ao analisar o momento, Camilo não deixa de notar que a própria organização interna do INSS contribui para uma restrição da atuação profissional de assistentes sociais.

“Existe uma divisão entre profissionais que trabalham na reabilitação profissional e os que trabalham no atendimento de benefícios assistenciais e previdenciários. Daí surge um pensamento de alguns que acham que não estão atuando como assistentes sociais por estarem na



“A atuação de assistentes sociais oscila de acordo com a correlação de forças da luta de classes”

Camilo de Jesus

reabilitação profissional. E isso é um equívoco na minha avaliação, uma vez que o Serviço Social tem muito a contribuir nesse espaço. Quando realizamos as reuniões técnicas da equipe, poucos profissionais que atuam com a reabilitação comparecem. A partir do momento em que o INSS cria essa divisão e realiza reuniões separadas, tende a fragilizar a equipe como um todo, corroborando para uma possível cisão entre os profissionais”, avalia.

A resistência do Serviço Social

Por se posicionar em defesa dos interesses da classe trabalhadora, o Serviço Social entra muitas vezes em choque com a condução

política orientada pelo governo. E uma das formas de reduzir não apenas o acesso aos benefícios, mas a consciência de luta do trabalhador contra as opressões é exatamente restringir as ações de profissionais de Serviço Social na prestação de um serviço previdenciário.

“A atuação de assistentes sociais oscila de acordo com a correlação de forças da luta de classes. Na época do governo do Fernando Henrique Cardoso este serviço foi praticamente extinto. Mas houve uma enorme mobilização dos trabalhadores e saímos vitoriosos. E agora o movimento é semelhante. Temer acabou com o Ministério da Previdência. Além disso, quer retirar os benefícios assistenciais e alocar na esfera municipal sem estrutura para

recebê-los. Ou seja, abrindo espaço para o clientelismo. Isso repercute no Serviço Social dentro da previdência. A intenção é deixar a população preterida de conhecimento maior sobre seus direitos. E são profissionais de Serviço Social que estão ali com qualificação para realizar essa ligação”, analisa.

Encontro Nacional em Defesa da Previdência Social e do Serviço Social do INSS

Realizado em julho deste ano, em Brasília, a ideia surgiu da mobilização de assistentes sociais que fizeram a leitura de que os ataques constantes sobre a previdência e sobre o Serviço Social se intensificaram. Porém, relata Camilo, não foi a primeira vez que assistentes sociais tentaram reunir a categoria em um único lugar para discutir os rumos da profissão dentro de um cenário adverso. As tentativas anteriores acabaram esbarrando na burocracia.

A insatisfação da Direção Central do INSS com as legítimas críticas provocadas por esse movimento acarretou na exoneração de um assistente social que, segundo Camilo, sempre se pautou na defesa do projeto ético-político e que ocupava a chefia da divisão de Serviço Social: Jorge Og.

“Ele foi exonerado sem nenhuma justificativa. O Jorge foi o primeiro chefe da Divisão escolhido pela categoria, mesmo sendo um processo eleitoral limitado. Antes eram indicações da gestão. A ideia de nos reunirmos ganhou ainda mais força após esse acontecimento. Estamos nos articulando para trazer o Jorge Og de volta ou um nome indicado pela base, comprometido com o projeto ético-político. Queremos estabelecer



um processo verdadeiramente democrático com escolha da base e não com indicações de cima para baixo. Só a mobilização e a organização dos 18 estados já foi uma vitória”, relata.

Ataques aos direitos dos trabalhadores

A atuação de assistentes sociais na previdência social completa, em setembro de 2016, 72 anos, sendo um dos primeiros espaços sócio ocupacionais da profissão. E atualmente há cerca de 1500 assistentes sociais no INSS, presentes cotidianamente nas mais de 1500 Agências da Previdência Social existentes no país.

No entanto, a assistente social Marinete Moreira, do INSS de Macaé/RJ, afirma que as restrições ou perdas de direitos da classe trabalhadora estão em curso e as demandas institucionais que privilegiam a polivalência no Serviço Social são enfatizadas na perspectiva de restringir o desenvolvimento de nossas atribuições privativas.

“Este cenário exige a afirmação das nossas diretrizes profissionais. Precisamos intensificar

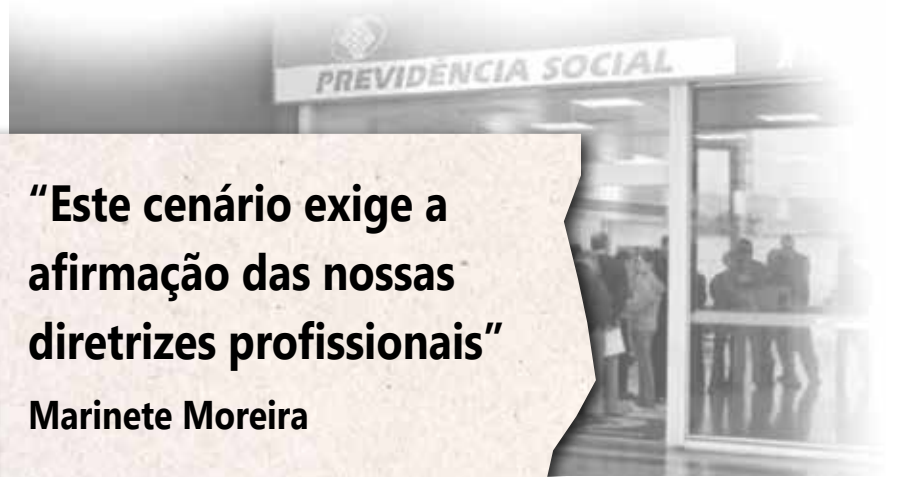
o desenvolvimento de ações que fortaleçam o debate junto à sociedade. Esses são importantes caminhos que precisam apontar para a manutenção e ampliação de direitos e, acima de tudo, para um posicionamento coletivo em defesa da previdência social pública e de qualidade e com a participação efetiva da classe trabalhadora”.

Por fim, a assistente social destaca que os gestores, em momentos de contrarreformas, enfatizam ações voltadas para o controle da população usuária e restrição de direitos, o que exige posicionamento constante em defesa das diretrizes profissionais construídas historicamente.

“No encontro nacional organizado pela FENASPS (Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social), com apoio do CFESS, nos posicionamos no sentido oposto à contrarreforma da previdência social em curso desde a década de 1990, e intensificada no presente momento, com o discurso falacioso que busca naturalizar a existência do déficit da previdência, com o objetivo de atender à lógica do mercado financeiro na disputa pelo fundo público. O momento exige a intensificação do processo de organização de assistentes sociais, enquanto trabalhadoras. Esta luta deve fortalecer a nossa inserção e participação sindical. E essa luta é de todos e todas”, finaliza.



“Este cenário exige a afirmação das nossas diretrizes profissionais”
Marinete Moreira



Seccionais



Campos dos Goytacazes

Atuação de assistentes sociais no SUAS

A seccional de Campos dos Goytacazes vem, desde a gestão anterior, organizando em parceria com o CRP seminários que abordam o SUAS. Alguns temas já discutidos foram: intersectorialidade, gestão do trabalho, Fórum de Trabalhadores, dentre outros. O propósito é discutir aspectos da política, mas sobretudo pensar caminhos e sugestões interessantes para o exercício profissional de assistentes sociais.

“Com base nas visitas programadas realizadas pela COFI na região, a seccional identifica que aspectos do exercício profissional precisam ser discutidos junto às profissionais. Mas não com base no que o governo vem apontando como prioridade, como preenchimento de cadastros e visitas domiciliares para averiguação cadastral. Porém sim na organização do trabalho com base nas diretrizes do acesso e qualidade dos serviços que são oferecidos”, destaca a diretora da seccional, Eliana Feres.

Outras demandas que são apresentadas à seccional estão relacionadas aos questionamentos, por parte dos coordenadores de programas, referentes a pareceres de assistentes sociais relacionados

a pedidos de acesso. Essa demanda é tratada de forma muito específica na política de assistência em Campos, e vem sendo discutida em reuniões junto às profissionais.

Ainda de acordo com Eliana, a defesa do exercício profissional neste processo envolve a atuação política da seccional junto aos órgãos de gestão, pois a elaboração de parecer social se constitui em instrumento privativo (conforme Lei de Regulamentação da profissão) e a utilização do mesmo deve ser feito respeitando as dimensões técnica, teórica e política.

“A política de assistência, em seus princípios, aponta que não é necessária a exposição de forma vexatória da vida dos usuários para acesso aos serviços, e, ainda, que a utilização do parecer não pode ser feita de forma minimalista, avaliando somente renda”, afirma.

Sobre o trabalho na política de assistência, assistentes sociais chamam a atenção para o programa de transferência de renda Cheque Cidadão, do município de Campos. Ele integra a rede de proteção social do município, reformulada recentemente. O Programa teve, em 2015, um corte de 11 mil usuários. Neste ano, houve importante aumento de usuários nos CRAS solicitando a

realização de relatórios, pois nos territórios havia pessoas fazendo cadastros.

Diante dessa informação, a seccional marcou uma reunião com a Secretária de Assistência Social e representantes de técnicos que estão na gestão para conversar sobre as implicações do fazer profissional com base no Código de Ética da categoria.

O CRESS-RJ historicamente defende a dimensão pública das políticas sociais, de qualidade, laica, democrática e desarticulada de interesses particulares. Assim como defende a gestão dessas políticas baseada nos princípios da administração pública.

Certamente são muitas as lutas pela afirmação da política de assistência social enquanto direito e parte integrante da seguridade social. A organização dos trabalhadores se constitui de fundamental importância. A seccional vem, nesse sentido, se organizando (em parceria com o CRP) para realização de mais um Seminário do SUAS, tendo dessa vez como tema o exercício profissional. Nossa organização política é fundamental e, como diz a canção do Beto Guedes, “um mais um é sempre mais que dois”.



Volta Redonda

População em situação de rua

O município de Resende foi pioneiro, na região da seccional, em relação ao atendimento profissional à população em situação de rua. O trabalho começou entre os anos de 1999 e 2000. Mas o Centro de Referência Especializado para População de Rua, um serviço de proteção social especial de média complexidade, só surgiu em 2009, mesmo ano do decreto que instituiu a política nacional para população em situação de rua e tipificação dos serviços sócio assistenciais. Na região existem hoje, também, centros Pop Rua em Volta Redonda e Barra Mansa.

Não há pesquisa específica sobre onde se encontra a maior concentração de pessoas em situação de rua na área da seccional. Entretanto, a maioria procura os grandes centros urbanos na esperança de acesso ao mercado de trabalho nas empresas e indústrias da região. Esperança essa quase

nunca efetivada. De acordo com a assistente social Nubiane Paula dos Santos Silva, que trabalha no Centro de Referência Especializado para População de Rua, em Resende, o público atendido na região é composto, em sua maioria, por homens entre 18 e 59 anos. O número de mulheres é pequeno. São pessoas em condições de pobreza extrema, sem acesso a políticas públicas, por vezes com problemas no campo da saúde mental e vínculos familiares rompidos ou fragilizados. Essa população sofre com o preconceito por parte da sociedade, além de em alguns momentos passar por ações equivocadas por parte de alguns órgãos públicos, fundadas em práticas preconceituosas e higienistas.

A falta de capacitação de alguns setores prestadores de serviço da rede sócio assistencial são fatores que também dificultam o acesso aos serviços básicos. Em Resende, como sublinha Nubiane, “temos uma

equipe pequena diante da complexidade do serviço. No momento, devido ao atual cenário econômico e político, tivemos cortes de recursos e redução do período de funcionamento do equipamento, que só atende de 8 às 14h de segunda a sexta, e depois das 14 às 18h só para plantão de abordagem social e migrantes.

A nós, assistentes sociais, cabe a responsabilidade de realizar um trabalho comprometido com os interesses desses usuários, na busca da garantia dos seus direitos e sem quaisquer tipos de discriminação ou atitudes moralistas. O trabalho junto a pessoas em situação de rua traz uma série de desafios complexos e particularidades importantes. Justamente por isso a capacitação profissional permanente nesta área e a articulação com outros sujeitos coletivos são sempre indispensáveis.

Mídia em disputa

Comunicação contra hegemônica é lugar de resistência

Foto: Ellan Lustosa

Estamos assistindo no Brasil um claro golpe à democracia. Mas as grandes corporações empresarial-midiáticas esforçam-se para escamotear o óbvio e, ao mesmo tempo, apoiá-lo irrestritamente. No amplo processo de disputas por outra ordem societária, a imprensa contra hegemônica se apresenta como trincheira frente ao poderio dessas grandes corporações, podendo se destacar como um dos lugares de resistência e de contra-ataques.

A experiência radiofônica do Programa Faixa Livre é um desses exemplos. Idealizado nos anos de 1990, na tentativa de criar um bloco de esquerda que lutasse contra a chegada da perspectiva neoliberal, a professora comunista Zuleide Faria de Melo reuniu entidades em prol de um projeto comum.

“A avaliação que se fez naquele momento era que o projeto neoliberal no país iria adquirir a partir de então uma concretude e tornar-se uma ameaça muito maior do que até então se manifestava. Com base nisso, a professora convocou uma série de setores de esquerda a criarem um programa radiofônico, como contraponto àquela ofensiva. Foi possível reunir um número expressivo de entidades que passaram a viabilizar o programa”, relembra o apresentador Paulo Passarinho.

Economista de formação, o âncora do programa afirma que o objetivo da experiência é oferecer diariamente aos ouvintes não só informação, mas formação política com base numa releitura dos principais fatos da cobertura da mídia hegemônica.

“O que se observa na mídia comercial é exatamente isto: a construção da cabeça das pessoas. Fazemos a cobertura dos mesmos fatos. Mas buscando um ponto de vista contra hegemônico, uma visão do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora. Contamos com a participação de comentaristas que são acadêmicos, juristas, militantes de movimentos sociais, entre outros”, relata.

Passarinho destaca que, ao longo desses 20 anos, o programa enfrentou problemas, principalmente com os apoiadores. Aquela ampla frente antiliberal, relata Paulo, que deu vida ao programa começou a apresentar fissuras a partir de 2003.



“Vejo o papel da mídia contra hegemônica como um necessário esforço na reinterpretação da realidade”

Paulo Passarinho

“Nós tivemos posição bastante crítica em relação ao governo PT. Especialmente na área econômica, porque eles se afastaram de suas proposições originais. Como não recuamos em nosso posicionamento, sofremos muitas perdas”.

Para ele, o oligopólio da mídia burguesa é muito forte e a entrada de qualquer outro meio de comunicação que encarne uma visão contra hegemônica é muito dificultada.

“A imprensa de esquerda é muito pulverizada. A nossa ideia, quando buscamos apoio junto a sindicatos, conselhos profissionais e associações, foi de alguma maneira buscar um esforço de cobertura unitária. Se a gente for comparar a tiragem da imprensa sindical, de maneira geral, em comparação com a publicação dos meios comerciais, ela é maior. Porém muito pulverizada. Vejo o papel da mídia contra hegemônica como um necessário esforço na reinterpretação da realidade. Nós temos no Brasil, especialmente nos meios de comunicação de massa, a incorporação de forma unânime dos interesses do capital”, ressalta.

Mas a saída, aponta o apresentador, são experiências como a do programa, que, na prática, podem fazer com que a classe trabalhadora conquiste espaço nesse conjunto de mídias controladas por grandes empresas, que acabam patrocinando programas que só veiculam seu próprio interesse.

“O Programa Faixa Livre é uma contribuição para a construção de uma mídia contra hegemônica. Temos a esperança que ele sirva de exemplo para outras experiências no campo da comunicação. É necessário também um esforço dessas entidades populares, para somar e colocar a informação e a formação política num patamar superior”, finaliza.

O Programa Faixa Livre é exibido de segunda a sexta de 9 às 10h30, pela Rádio Livre (1.440 KHz AM).

Saiba mais em www.programafaixalivre.org.br

Eleições municipais

Festa da democracia?

As vésperas de mais uma disputa eleitoral, que acontece em mais de cinco mil municípios brasileiros, a escolha por novos representantes coloca em xeque os limites da democracia representativa burguesa. As regras do jogo como estão postas hoje deixam evidente a necessidade de luta por uma ordem societária que coloque efetivamente a população como protagonista.

Historicamente, a conquista do voto universal representa uma vitória da classe trabalhadora dentro do mundo capitalista. Porém, é preciso estar atento aos limites do sufrágio, já que as classes dominantes buscam o tempo todo direcionar esse movimento em favor próprio.

“O sistema eleitoral é um resultado do processo da luta de classes que foi canalizado para ser unicamente um procedimento de escolha de dirigentes dentro de um determinado contexto considerado imutável. Do ponto de vista atual dos processos eleitorais, temos que levar em conta o quadro mundial para pensar o Brasil. Estamos assistindo, e não pela primeira vez, que esse sistema (eleitoral) é evidentemente estreito para abranger todas as reivindicações e demandas populares. Mas as grandes massas não podem abrir mão do direito ao voto dentro do conjunto das exigências democráticas”, afirma Virgínia Fontes, historiadora e docente do “Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo” da UFF (NIEP-MARX).

Ainda de acordo com Virgínia, uma das estratégias da burguesia para manter o controle político nas sociedades capitalistas foi reduzir o conceito de democracia à participação das massas nas eleições. Essa visão restrita, de caráter ideológico, busca criar a ilusão de que o voto é a plenitude da cidadania.

A visão partidária

Classicamente, as eleições colocam em disputa diversos modos de condução da sociedade. Grosso modo, as ideias de cada grupo são representadas através dos partidos políticos. Porém, até o final do



“Assistentes sociais devem levar em consideração que papel as eleições cumprem na conjuntura”

Jefferson Lee

século XX percebia-se uma distinção entre os projetos dos setores da classe trabalhadora e da burguesia. No Brasil, a expressão mais significativa deste cenário foi o embate eleitoral à presidência da República em 1989.

“No cenário internacional, nos últimos vinte anos pelo menos, fomos assistindo a uma indistinção dos partidos políticos. Isso significa que o jogo eleitoral não expressa mais setores fortes da classe trabalhadora de um lado e setores da burguesia do outro. Nós temos uma gama de partidos onde a maioria expressa o leque de interesses da expansão capitalista. Isso é um problema gravíssimo. Escampam desse cenário, que vai se tornando indiferenciado, duas forças: a extrema esquerda e a extrema direita. À direita, ela pode ser irresponsável pois baliza o caminho

para o conjunto das forças do capital. Quanto à extrema esquerda, ela escapa por que ela se recusou aos compromissos espúrios nesse leque partidário, e por isto é crescentemente criminalizada. O restante das forças parlamentares procura permanentemente isolar esta esquerda”, explica Virgínia.

O assistente social e professor da UERJ Jefferson Lee Ruiz também percebe o momento atual nessa mesma perspectiva.

“Diferente da década de 1980, em que eleições polarizaram a sociedade entre projetos diferentes, hoje isso é raro. Pode haver um candidato de esquerda na prefeitura, mas isso não causa uma fissura na estrutura do capital. Vai criar possíveis aberturas de participação popular ou projetos alternativos de políticas públicas, no máximo. A atual

forma eleitoral da democracia participativa já está assimilada pelo capital”, evidencia.

O Serviço Social nas eleições

De acordo com Jefferson, pensar as perspectivas eleitorais do ponto de vista profissional possui peculiaridades, que não estão desconectadas da luta geral da classe trabalhadora. Como atuam em políticas públicas como educação, assistência social, saúde, dentre outras, assistentes sociais devem ter no horizonte as tensões existentes.

Conjunturas difíceis, em que há redução de direitos conquistados pelos trabalhadores, reforçam a necessidade de que a participação política através das urnas tenha como horizonte projetos de sociedade. A preocupação central não é vencer eleições, mas ampliar debates essenciais para a vida da população.

“Assistentes sociais devem levar em consideração que papel as eleições cumprem na conjuntura e suas características. Esse modelo ameaça a forma de organização da sociedade ou a legítima? Como olhamos as eleições municipais e os reais impactos que elas podem ter? Há outro detalhe: pensar o processo eleitoral do ponto de vista do Serviço Social não é o mesmo peso que pensá-lo como um partido político. Para uma profissão como a nossa, há interesses específicos e legítimos em democratizar o espaço e as políticas de um município. Mas é preciso nunca esquecer: democracia também é um conceito em disputa”, afirma.

Para Jefferson, se há função na participação da esquerda nas eleições nos moldes atuais, essa função é a defesa programática do que interessa à classe trabalhadora. Por exemplo, bandeiras como efetiva socialização das riquezas, taxaço de grandes fortunas, auditoria da dívida, legalizaço das drogas, questionar para que e para quem existem prisões. São bandeiras disputadas em plano federal, mas que têm impactos municipais. A cidade não pode ser espaço de lucratividade do capital: é necessário um modelo alternativo, de efetiva convivência igualitária.

“Eleições devem servir para potencializar o questionamento das razões mais profundas das desigualdades que existem na sociedade. Na perspectiva atual, elas legitimam um determinado estado de coisas. Minha impressão das eleições nos últimos anos, municipais, estaduais ou nacionais, é essa: só há real mudança quando há pressão de base. Não devemos achar que elas sejam uma ameaça significativa ao capital. Tendencialmente, e mesmo com as disputas que certamente faremos, as eleições municipais em geral

Foto: João Sinclair



desse ano têm amplas condições para que os resultados sejam ainda mais conservadores e reacionários”, prevê.

Perspectivas de uma democracia de fato

Para Virgínia Fontes, liberdade e igualdade são reivindicações fundamentais para a democracia, mas são fundamentais também para o socialismo e o comunismo. O que não pode se admitir é que encolham as definições de igualdade e liberdade ao que convenha para o capital. Ou seja, aceitar a restrição ao jogo eleitoral, por dentro de leis truncadas. É o dono da bola fazendo as regras do jogo.

“Liberdade é quando se vai além da necessidade. Mas nós vivemos numa sociedade que quer que as pessoas acreditem na ideia de que viver no reino da necessidade equivale à liberdade. E do ponto de vista de igualdade, pensam então que esse conceito é sinônimo de homogeneidade. Não! Só é possível ser diferentes se formos todos iguais, socialmente iguais. Se tivermos as mesmas opções. No caso da sociedade capitalista não há absolutamente igualdade, nem liberdade”, conclui.

“No capitalismo não há absolutamente igualdade, nem liberdade”
Virginia Fontes

O CRESS-RJ e o CRP elaboraram um Termo de Orientação voltado para questões que envolvem o exercício profissional e as eleições, de modo a evitar o uso eleitoreiro dos serviços prestados por assistentes sociais e psicólogos. O Termo pode ser acessado em www.cressrj.org.br



Pergunte à COFI

Orientações sobre supervisão de estágio

Gostaria de ter orientação a respeito da supervisão de estágio em Serviço Social por assistente social voluntária.

De acordo com as nossas legislações profissionais (Lei de Regulamentação 8662/93 e Resolução CFESS 533/08), a supervisora de estágio em Serviço Social deve ter registro ativo no CRESS do estado onde exerce tal função; exercer atribuições em acordo com os artigos 4º e 5º da lei nº 8.662/93 e pertencer ao quadro de funcionários da Instituição. Ou seja, não pode ser voluntária.

Passei em concurso público onde o salário oferecido para assistente social está abaixo do Piso Estadual (lei nº 7.267/2016). O CRESS pode intervir?

Uma das atribuições que a COFI exerce é o acompanhamento de editais de concursos públicos e processos seletivos onde está prevista vaga para profissional de Serviço Social. Este acompanhamento se dá desde a fiscalização do edital, observando se as atribuições estão em acordo com os artigos 4º e 5º da lei 8.662/93 e não colidem com os princípios éticos descritos no nosso Código de Ética e, ainda, se o conteúdo programático contempla matérias relativas à profissão, tendo como referência as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e as Diretrizes Curriculares aprovadas pela MEC (Resolução CNE/CES/MEC nº 15/02). Além disso, o CRESS também pode solicitar os nomes de assistentes sociais responsáveis por elaborar tais itens, assim como a prova, já que esta atividade é privativa de assistentes sociais. No entanto, quando se trata de questões salariais e outros direitos trabalhistas, estes devem ser direcionados por meio das instituições que atuam na defesa de tais direitos: advogado, Defensoria Pública, Ministério Público (para ações coletivas) e sindicatos.



De acordo com a Resolução de Estágio do CFESS, uma assistente social pode ter uma estagiária a cada 10 horas de trabalho. Isso significa que se eu trabalho 40 horas posso ter quatro estagiárias?

Está correta a leitura sobre uma estagiária a cada 10 horas de trabalho. No entanto, precisamos lembrar que existe uma lei (nº 12.317/2010) que estipula a carga horária máxima de trabalho para assistentes sociais de 30 horas semanais, logo, o correto é seu contrato de trabalho se adequar à lei e você supervisionar até 03 estagiárias. Ressaltamos que não se trata apenas de uma questão legal, mas, acima de tudo, de qualidade no exercício da supervisão de estágio, que requer planejamento e acompanhamento sistemáticos. Alertamos para o fato da importância de garantir a conquista da carga horária de trabalho e, caso o empregador se negue a se adequar, a profissional deve informar ao CRESS e acionar intervenção de entidade sindical ou até denúncia ao Ministério Público do Trabalho.

Recebi uma ex-estagiária no meu local de trabalho que me solicitou assinatura da Declaração de Estágio

para apresentar no CRESS. Estou com dúvidas se devo assinar, pois na época eu não trabalhava na instituição.

Você não deve assinar o documento. A Declaração de Estágio deve ser assinada por assistente social que tenha de fato acompanhado o desenvolvimento da atividade, se responsabilizando pela veracidade das informações. Alertamos que assinar uma Declaração de Estágio sem ter de fato realizado a supervisão caracteriza-se como infração ética, sendo o documento passível de ser anulado pelo Conselho com consequências processuais a todas as partes envolvidas.

E se a assistente social que realizou a supervisão do estágio não estiver mais na instituição?

Caso a ex-estagiária não consiga localizá-la, deve retornar à Unidade de Ensino para receber as devidas orientações sobre a resolução da questão ou entrar em contato com o Setor de Registro e Anuidades do Conselho que atende de segunda à sexta, de 10 às 16 horas, presencialmente ou pelo telefone (21)3147-8770. Ou ainda entrar em contato via **Fale com o CRESS** pelo site www.cressrj.org.br

COFI

Residência multiprofissional

De acordo com o MEC as “residências multiprofissionais e em área profissional da saúde, criadas a partir da promulgação da Lei nº 11.129, de 2005, são orientadas pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir das necessidades e realidades locais e regionais, e abrangem as profissões da área da saúde, a saber: Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional (Resolução CNS nº 287/1998)”.

Ela constitui-se de um treinamento que é oferecido por diversas unidades de saúde no estado do Rio de Janeiro. Normalmente o ingresso na residência é realizado por meio de prova específica e é mais procurado por profissionais recém-formados, por constituir-se oportunidade de aquisição de experiência.

“A relação entre residentes e preceptoras sofre alguns tensionamentos comuns a qualquer relação de trabalho. Dentre eles a dificuldade em compatibilizar a carga horária, que desde 2010 é de 30 horas para assistentes sociais. Porém, em função das peculiaridades da residência, sua carga horária é de 60 horas. O CRESS-RJ apoia todas as lutas de assistentes sociais por melhores condições de trabalho. Mas consideramos fundamental marcar que essa luta deve ser travada em articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios que orientam o exercício profissional de assistentes sociais”, afirma Eliane Assis, coordenadora da COFI.

Vale lembrar que a residência é uma prática regulamentada e possui uma política específica. Contudo, no exercício profissional, mesmo na condição de residente, as assistentes sociais estão submetidas às normativas da profissão.

“Entendemos toda a riqueza da residência por ser uma oportunidade única para a profissional de conhecer a instituição mais a fundo. Destaco que por mais que a residente esteja ali com respaldo de outro profissional, as ações cabem a cada profissional. Ali, a relação é entre duas pessoas habilitadas a exercer a profissão”,

destaca a agente fiscal Rhossane Pereira.

Ainda de acordo com Rhossane, esse é um momento privilegiado de fortalecer a relação teoria-prática. Além de ser rico tanto para residentes quanto preceptores e tutores, essa interação é também importante para a instituição, já que a profissional entra com uma proposta de trabalho que resulta numa pesquisa mais aprofundada sobre a realidade institucional.

“As residências são estimuladas na área de saúde, porque ao mesmo tempo em que se está aprendendo, a assistente social vai trazer o olhar de alguém de fora. E isso também é um retorno para usuários do SUS”, afirma.

Outra dimensão dessa relação de troca, ressaltado por Eliane Assis, é a oportunidade que preceptoras possuem para ampliar debates acerca de seu próprio fazer cotidiano. Todas as profissionais, residentes ou não, buscam contribuir para uma melhor qualidade nos serviços. Mas o programa de residência pressupõe essa contribuição, no sentido de garantir carga horária de aulas, leituras/estudo e trabalho de conclusão.

“A vivência da residência deve ser entendida por assistentes sociais e preceptores como uma oportunidade de aprimoramento”, afirma Eliane

Ainda de acordo com a coordenadora da COFI, as condições de trabalho estão ficando cada vez mais adversas no serviço público, por conta do avanço do desmonte das políticas públicas. Então, nesse momento,

as profissionais estão sendo mais exigidas, e com isso ocorre o aumento no volume de demandas de trabalho.

“Sabemos que a residência impõe ainda mais trabalho aos preceptores, contudo julgamos que esse momento é de tamanha riqueza que não devemos abrir mão dele. Nós entendemos através das lutas que, com relação à fragilização da formação profissional, a residência é um ganho. Reconhecemos as dificuldades que as profissionais estão passando, mas é importante ressaltar o potencial dessa prática”, afirma ela.

Por isso, Rhossane e Eliane reforçam o convite às assistentes sociais, residentes e preceptoras, para que participem das comissões temáticas do CRESS-RJ, levem suas questões e socializem a vivência. “Além da Comissão de Saúde, a Comissão de Formação Profissional e mesmo a Comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual (GEDS) são espaços importantes nos quais o debate sobre a residência pode ser aprofundado”.

“Esse é um convite que fazemos a toda categoria de assistentes sociais. A residência possui especificidades. Por isso, realizamos, no dia 23/8, o evento preparatório para o “Seminário Nacional sobre Residência em Saúde e Serviço Social”, por entendermos que precisamos conhecer melhor as demandas dessas profissionais”, finalizam.

Seminário Nacional sobre Residência em Saúde e Serviço Social

O Seminário Nacional sobre Residência em Saúde e Serviço Social, organizado pelo CFESS e pela ABEPSS, aconteceu dias 4 e 5/9, em Olinda/PE; antecedendo o 15º CBAS. Seu objetivo foi debater o tema especialmente em meio aos ataques que a saúde pública vem sofrendo no Brasil, com as organizações sociais (OS) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). O debate também abordou o referencial teórico-legal que subsidia a residência em Serviço Social, reafirmando a importância de um exercício fundamentado no projeto ético-político da profissão.

Saiba mais em www.cfess.org.br.



Formação profissional

Renovação e desafios no Serviço Social brasileiro

A história da formação profissional de assistentes sociais no Brasil tem como marco os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, berços das primeiras escolas de Serviço Social do país. Sob forte influência católica europeia, a primeira escola surge em São Paulo, no ano de 1936, por iniciativa de assistentes sociais formadas na Escola de Serviço Social de Bruxelas, na Bélgica, e com o apoio de Jovens da Ação Social Católica. Mais tarde, ela seria integrada à PUC-SP. No ano seguinte, surgem no Rio de Janeiro mais duas escolas, já vinculadas ao Estado e com menos influência da Igreja.

De 1936 a 1945, a formação profissional pautava-se nos eixos: formação científica, técnica, moral e doutrinária. A partir dos anos 1940, o Serviço Social brasileiro recebe influência estadunidense e importa os métodos de Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade. No fim de 1940, já existiam 14 escolas e mais de 300 assistentes sociais no país.

Dez anos após a criação da primeira escola, em 1946, surge a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) que, somente em 1998, se tornaria a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). “A criação da ABESS vai, a meu ver, expressar uma tônica da categoria no que diz respeito à sua capacidade de organização e articulação, em um período em que ainda não era reconhecida como uma formação de nível superior, mas já tinha uma entidade representativa dessas escolas”, afirma o assistente social e professor da UERJ, Ney Luiz Teixeira de Almeida.

Também em 1946 surge o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), então denominado Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social. O Comitê foi responsável pela realização do II Congresso Pan-Americano de Serviço Social, realizado em julho de



“Mesmo em conjuntura adversa, a categoria consegue se mobilizar e ter conquistas significativas”
Ney Luiz Teixeira

1949, no Rio de Janeiro, com o tema “Família e Serviço Social”.

De acordo com a atual presidente do CBCISS, Rosely Lorenzato, as preocupações e práticas da época giravam em torno da família e o CBCISS sempre esteve engajado nas discussões que regem a capacitação e a atualização da categoria e da profissão.

“Nós tínhamos disciplinas como sociologia, psicologia e medicina social, direito e economia. Quase não tínhamos bibliografia nacional. O Serviço Social era dividido em Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade. Nós trabalhávamos com equipes multidisciplinares. Trabalhei na área da saúde mental e nos eram apresentados casos para que todos pudessemos discutir”, relembra Rosely.

No decorrer das décadas de 1960 e 1970, o Serviço Social brasileiro passa por um movimento que ficou conhecido como

“Movimento de Reconceituação”, que se expressa, dentre outras frentes, tanto na reatualização profissional quanto na intenção de ruptura com o conservadorismo. É neste período que o Serviço Social passa a dialogar mais com as Ciências Sociais e se aproxima da teoria marxista. Um importante marco político é o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, de 1979, mais conhecido como “Congresso da Virada”.

De acordo com Ney, em uma profissão constituída na sua maioria por mulheres, considerando a base de recrutamento inicial vinculada à Igreja Católica, todo esse movimento de renovação não pode ser visto simplesmente como a associação de um projeto de exercício profissional aos interesses da classe trabalhadora. “Ele tem uma mediação também de superação da condição de subordinação de gênero. Não que isso esteja explicitado de imediato, mas é desse sujeito social e profissional que emerge essa proposta de mudança”.

Em 1978, acontece o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS). Este reafirmou a necessidade de debater a formação profissional, a reformulação do currículo do curso, além da possibilidade de unificação das lutas de estudantes e profissionais. “As mudanças que se operaram ao longo dos anos 80 estão diretamente relacionadas aos processos de organização da sociedade, dos sindicatos e sobretudo também em torno da criação do Partido dos Trabalhadores (PT)”, afirma Ney.

Em 1982 é lançado um livro de importância histórica, tanto para o campo da nossa formação como para todos os outros: “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”. Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, de forma inédita, localizam – sobre sólidas bases marxistas – o Serviço Social enquanto uma profissão assalariada e intrinsecamente contraditória inserida na sociedade capitalista.

Nos anos de 1990 acontece o aprofundamento das reflexões iniciadas na década anterior. Outras duas publicações, de mesmo valor histórico para o campo da formação, são lançadas: “Ditadura e Serviço Social” e “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, ambos de José Paulo Netto. As conquistas, resultado de intensas lutas políticas, dão mais visibilidade no marco legal. É aprovada a nova Lei de Regulamentação da profissão, o novo Código de Ética e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS que, ao mesmo tempo em que consolidam algumas conquistas do currículo de 1982, promovem uma alteração mais significativa e afirmam



“Nós tínhamos disciplinas como sociologia, psicologia e medicina social, direito e economia. Quase não tínhamos bibliografia nacional”

Rosely Lorenzato

uma direção social mais clara para a profissão.

“Todos esses marcos legais que vão sustentar o nosso projeto ético-político profissional se dão em uma conjuntura extremamente adversa. O contexto era de modificação e retração de alguns campos sócio ocupacionais do Serviço Social, restrição no campo de atuação dos movimentos sociais, sobretudo dos movimentos sindicais. Isso mostra um certo vigor que a categoria tem de, mesmo em uma conjuntura adversa, conseguir se mobilizar e ter conquistas significativas”, afirma Ney.

A década de 90 é também marcada pela consolidação da nossa profissão no cenário acadêmico. Os períodos mais duros da ditadura civil-militar brasileira frearam o desenvolvimento da pós-graduação em Serviço Social. Ela só veio a ser incentivada no início da década anterior. O patamar alcançado nos anos 90 é resultado desse esforço, ainda incipiente no campo da pós, mas que produz impactos significativos na produção teórica. Em 1998, já existiam sessenta mil profissionais e diversas escolas de Serviço Social pelo país.

De acordo com Ney, os anos 2000 em diante representam algo inimaginável se considerada a recente trajetória da inscrição do Serviço Social no cenário intelectual de produção de conhecimento. “É uma área que hoje goza de reconhecimento internacional e é referência em toda América Latina no que tange o debate acadêmico acerca da

teoria social crítico-dialética. Também assistimos atualmente o crescimento do mercado de trabalho, mas muito em função de processos de terceirização, de precarização, das formas diferenciadas de inserção de trabalhadores nas políticas sociais. São contradições que estão presentes não só no nosso campo de atuação e que apresentam desafios que são teóricos, políticos e organizacionais para os assistentes sociais de um modo geral”. Desafios estes que a formação profissional em Serviço Social precisa, cada vez mais, enfrentar de frente, sem abrir mão de toda herança sustentada historicamente nos pilares do nosso projeto ético-político.

Nesse ano, além dos 80 anos do Serviço Social no Brasil, comemoram-se os 70 anos da ABEPSS e dos 20 anos das Diretrizes Curriculares. Teremos a realização do XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social a ser realizado no período de 04 a 09 de dezembro de 2016, no Centro de Convenções de Ribeirão Preto. O XV ENPESS discutirá o conjunto de determinações que perpassam o processo de formação profissional frente ao processo de mercantilização do ensino superior brasileiro e os desafios para a reafirmação dos princípios e valores do projeto ético-político profissional.

Saiba mais em www.abepss.org.br

Outras ações

Junho a julho/2016

Ato de desagravo público em favor da assistente social Ana Cristina Ferreira da Costa Mattos – no dia 22/6, o CRESS realizou ato de desagravo público a favor da assistente social Ana Cristina Ferreira da Costa Mattos contra o Sr. Carlos Alberto de Andrade Júnior. O parecer da Conselheira Relatora foi lido publicamente, reconhecendo que houve ofensa à honra da profissional quando de sua atuação no Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, e que a mesma atuou de acordo com os preceitos do Código de Ética profissional. O ato ocorreu no auditório do TJ/RJ.

Acesso à documentação básica – o CRESS participou da organização do Seminário “Direitos humanos e acesso à documentação básica para pessoas institucionalizadas: pessoas idosas, pessoas com transtorno mental e pessoas com deficiência”, realizado dia 3/6, no MPRJ, pelo Comitê Estadual de Combate ao Subregistro Civil e Acesso à Documentação Básica. O CRESS ainda participou do evento de assinatura do “Pacto de Compromisso pela Garantia do Direito à Documentação no âmbito do estado do Rio de Janeiro”, no dia 28/7. Participou ainda de reunião no DETRAN/RJ, dia 29/7, para discutir a contribuição da categoria a encaminhamentos ao acesso a documentação básica.

Nova gestão do Conselho Regional de Nutrição – o CRESS prestigiou a posse da nova diretoria do CRN/4ª Região – RJ/ES – que ocorreu no dia 10/6, na UNIRIO.



Lançamento da pesquisa sobre o Serviço Social e o Movimento de Reconceitualização na América Latina – o CRESS sediou e participou da reunião do grupo de pesquisa que contou com a presença de assistentes sociais de vários estados do país, além da Argentina, Chile, Colômbia, Espanha e Portugal, dia 14/6.

“Serviço Social e a política de benefícios na área de Recursos Humanos” – tema da roda de conversa realizada pela Comissão de Empresa do CRESS, dia 29/6, no auditório do Conselho.

Violência e assédio sexual contra crianças e adolescentes – tema da reunião que contou com a participação do CRESS, no dia 16/6, em Petrópolis, organizada pela rede de atendimento à criança e ao adolescente.

II Encontro Nacional de Educação – participou do evento “Por um projeto classista e democrático de Educação” de 16 a 18/6, em Brasília/DF. O encontro discutiu o acesso e permanência, financiamento, gestão, avaliação formação de trabalhadores da educação e gênero, sexualidade, orientação sexual e questões étnico-raciais.

Sistema penitenciário – as Comissões Sociojurídica e de Direitos Humanos do CRESS realizaram a roda de conversa “Sistema prisional e exercício profissional de assistentes sociais”, que discutiu a atuação junto às Comissões Técnicas de Classificação da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, em 23/6, no auditório do Conselho. A conversa abordou a importância de atuar na garantia de direitos da população carcerária. O CRESS participou ainda do II Seminário em comemoração aos 10 anos da Rede de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário, realizado dia 6/7, na sede da OAB-RJ.

“População em situação de rua: preconceitos, cuidados e direitos” – tema do seminário organizado pelo Fórum de População Adulta em Situação de Rua do estado do Rio de Janeiro, que ocorreu no dia 14/7, na sede da OAB-RJ.

Debate sobre Estágio em Serviço Social – o CRESS participou do Fórum de Estágio da UNICASTELO – campus Realengo, dia 1/6, discutindo os desafios do estágio em Serviço Social com docentes, estudantes e supervisoras de campo.

Encontro Nacional em defesa da previdência social e do Serviço Social no INSS – organizado pelo CFESS e pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, o CRESS participou do evento realizado em Brasília/DF, dias 9 e 10/7, que debateu as ações de desmantelamento da política pública de previdência e os desafios para o Serviço Social diante desse cenário.

Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura – dia 30/6 o CRESS participou do evento comemorativo dos 5 anos de existência



Mobilizações em defesa do SUS – o CRESS participou e apoiou o movimento “Ocupa SUS” na sede do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde RJ, entre os dias 8 e 27/6. Na pauta do movimento: FORA TEMER; Não à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), Organizações Sociais (OS) e Fundações de Direito Privado; Em defesa do SUS. Também participou do “Ato político e cultural em defesa do SUS: Fora Barros, Fora Veia, Fora Temer: saúde não é mercadoria”, no dia 24/6, em parceria com diversas entidades. Fez-se presente também no “Ato Unificado dos Trabalhadores em Luta – a Saúde vai parar o Rio, dia 6/7, no RJ.

do Mecanismo, que ocorreu na ALERJ. Na ocasião, foi lançada a campanha “Você tem a chave pra acabar com essa história”.

Elaboração de projetos para políticas para pessoas com deficiência – a seccional de Campos dos Goytacazes do CRESS participou como convidada da reunião Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Macaé, dia 15/6, discutindo elaboração de projetos. A proposta é qualificar as instituições para cumprir a Lei de Inclusão que garante a cota para pessoas com deficiência em editais de vagas de emprego.

Sigilo profissional e Serviço Social – ministrou palestra sobre o tema em diversos locais: dia 10/6, na ESS da UFRJ, voltado para estudantes em período de estágio em Serviço Social; dia 20/6, para a turma de Ética Profissional do curso de Serviço Social da PUC/RJ; para assistentes sociais que atuam na Área Programática 3.1, no PAM Bangu, dia 6/7; e para a equipe de Serviço Social do Instituto Nacional do Câncer – INCA II, dia 12/7.

Fórum de Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes Cronicamente Adoecidos, com Deficiências e suas Famílias – o fórum realizou um evento sobre o tema, no dia 3/6, na FIOCRUZ, que contou com a presença do CRESS na mesa de abertura e durante a sua realização.

Serviço Social na Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro – em comemoração aos 80 anos da profissão e ao mês da assistente social, o CRESS participou como palestrante do evento realizado pela Coordenação da PMERJ, dia 29/6,

no auditório do Centro Integrado de Comando e Controle RJ. A atividade discutiu a história do Serviço Social na corporação.

Dossiê “Consultorias organizacionais: ampliação da atuação profissional ou aprofundamento da precarização do trabalho” – elaborado pela Comissão de Empresa do CRESS, o dossiê foi apresentado ao CFESS em reunião realizada em Brasília/DF, dia 1/6, que contou com a presença do COFI/RJ. O dossiê demonstra o estudo a ampliação das consultorias em Serviço Social como forma de terceirização e quarteirização de contrato de trabalho de assistentes sociais.

V Semana de Serviço Social do Pólo Universitário de Rio das Ostras – participou como debatedor da mesa “Barbarização da vida social e suas manifestações na atual conjuntura”, organizada pelo curso de Serviço Social da UFF/PURO, no dia 6/6, em Rio das Ostras/RJ.

Sistema de justiça e política de assistência social – participou da roda de conversa organizada pelo Conselho Regional de Psicologia/5ª Região, sobre a nota técnica do Ministério de Desenvolvimento Social nº 2/2016, que discorre sobre a relação do sistema de justiça e a política de assistência social, dia 29/6, na sede do CRP.

“A luta pela saúde na conjuntura atual” – tema da aula aberta ministrada pelo CRESS e Fórum Estadual pela Saúde no Curso de Extensão “Lutas em cena”, promovido pela Escola de Serviço Social da UFRJ, dia 9/6.

Seminário sobre violência sexual e cultura do estupro – participou do Seminário dia 13/7, em Petrópolis/RJ, organizado pelo Centro de Referência de Atendimento à Mulher.

Seminário Nacional Serviço Social, Regiões Fronteiriças e Fluxos Migratórios – participou do evento organizado pelo CFESS e pelo CRESS/PA, em Belém/PA, dias 6 e 8/7. O seminário discutiu o exercício profissional junto à população migrante e refugiada que vive no Brasil. O CRESS/RJ apresentou um banner com a matéria publicada no Praxis nº 77 sobre o exercício profissional na Cáritas do Rio de Janeiro, que atua com o tema.

“Problematisando os rumos da política de assistência e previdência social” – atividade realizada pelo Núcleo Josy Ramos do CRESS/RJ, na Universidade Veiga de Almeida, em Cabo Frio/RJ, dia 13/7, discutiu as medidas do atual governo para ambas as políticas

Discussão sobre o SUS nas escolas ocupadas – participou do seminário ‘Ocupa SUS’, na Escola Estadual Amaro Cavalcanti. Foi debatido a questão da privatização da saúde com estudantes, docentes e trabalhadores da educação, em 26/7.

Palestra para estudantes da PUC/RJ – no dia 21/6, o CRESS ministrou palestra sobre o tema “Favela, remoção e política urbana” para



CRESS na Mídia – o CRESS foi entrevistado no Programa Educação de Classe, realizado pelo Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE) de Petrópolis, a convite do MOBNE (Movimento Beleza Negra de Petrópolis), dia 25/7. O tema foi a comemoração do Dia Internacional da Mulher Negra, Latinoamericana e Caribenha, debatendo a questão e as lutas da mulher negra no Brasil.

estudantes do 3º período do curso de Serviço Social da PUC/RJ.

“Violência Obstétrica e Exercício Profissional em Debate” – organizado pelas Comissões de Direitos Humanos e de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual do CRESS, o evento ocorreu no auditório do Conselho dia 22/7, teve como objetivo debater como a violência obstétrica ainda é praticada nas maternidades e hospitais e de que forma essa realidade perpassa o cotidiano do exercício profissional. O CRESS ainda participou de um ato em Belém/PA, dia 10/7, contra Projeto de Lei 5687/2016, que favorece a indústria das cirurgias cesarianas.

Frente Estadual em Defesa do SUAS e da Seguridade Social – o CRESS participou do ato de lançamento da Frente, que ocorreu dia 29/7, no Sindicato dos Administradores no Estado do Rio de Janeiro, e passou a integrar a referida frente.

Questão racial e saúde – no dia 7/6, o CRESS participou da reunião do GT Racismo e Formação Profissional da Secretaria de Gestão Participativa da Secretaria Estadual de Saúde, discutindo e traçando estratégias para inserir o debate da questão racial na formação de profissionais de saúde

Evento comemorativo em Teresópolis – ministrou palestra em comemoração aos 80 anos do Serviço Social no Brasil, na atividade promovida pela Associação dos Assistentes Sociais de Teresópolis, dia 11/08.

“Assédio moral e possibilidades para o exercício profissional em empresas” – roda de conversa realizada pela Comissão de Empresa do CRESS, dia 27/7, no auditório do Conselho. O debate falou sobre o trabalho de assistentes sociais com trabalhadores de empresas que vivenciam situações de violência e assédio no trabalho.

Fórum Estadual Ampliado de Saúde Mental – dia 30/6, participou da atividade ocorrida na sede da Secretaria Estadual de Saúde, que discutiu os retrocessos propostos pelo governo federal no campo da saúde mental e na política nacional de álcool e drogas.

Serviço Social no Poder Judiciário – dando continuidade aos debates sobre o documento “Subsídios para a atuação de assistentes sociais

no sociojurídico”, publicado pelo CFESS, a Comissão Sociojurídica do CRESS realizou o evento “Serviço Social e Poder Judiciário: desafios para o exercício profissional”, no dia 22/7, na sede do TJRJ

II Seminário “Maternidade e uso de drogas: discutindo alternativas de cuidado na rede pública” – ocorreu na sede da OAB-RJ dia 8/7, contou com a presença e organização do CRESS. O Conselho palestrou na mesa “Laudos e pareceres: desafios para os profissionais e rede de proteção”

Defesa dos usuários no Conselho Municipal de Assistência Social de Campos dos Goytacazes – no dia 5/7, a seccional participou de audiência com o Ministério Público, entregando documento assinado por várias instituições dos municípios reivindicando a representação de usuários da política de assistência social no referido conselho

Acordo Coletivo de Trabalho – em 13/6, o CRESS reuniu-se com o sindicato que representa os trabalhadores do Conselho (SINSAFISPRO) para realizar o Acordo Coletivo de Trabalho de 2016.

Projeto “Escola sem Partido” – a Comissão de Educação do CRESS organizou um debate sobre o tema, que foi realizado no auditório do Conselho dia 23/6. Participou também de audiência pública realizada na Câmara de Vereadores RJ no dia 30/6, sobre o projeto que tramita no município. Em seguida, o CRESS publicou uma nota se posicionando com relação ao projeto, que pode ser acessada através do endereço <http://goo.gl/J1stzQ>

Encontro CRESS/Seccionais – no dia 23/7, ocorreu no auditório do Conselho o encontro CRESS/Seccionais de Campos dos Goytacazes e de Volta Redonda. Na pauta, foram discutidos os desafios para o Serviço Social e repercussões no estado do RJ, as realidades regionais, e a política de descentralização do CRESS. Foi destacada a importância de pensar o papel das seccionais no âmbito do conjunto CFESS/CRESS, e propostas para melhorar a comunicação entre a sede e as seccionais, visando melhorar o atendimento à categoria e à população

Sem dano pra quem?

A máscara do Depoimento Especial

CARLOS D 2016

O recurso conhecido como "Depoimento Sem Dano" foi utilizado pela primeira vez no Brasil, em 2003, pela 2ª Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre, com a justificativa de que a criança ou adolescente vítima de abuso sexual não passasse pelo trauma de uma inquirição em audiência no formato em que o sistema de justiça tradicionalmente a realiza.

A entrevista, hoje chamada de Depoimento Especial, é realizada da seguinte forma: assistente social, psicólogo ou outro profissional treinado, por meio de um ponto eletrônico, câmeras, microfones e outros dispositivos reproduzem perguntas feitas por juízes, advogados e promotores que estão em outra sala. Essa entrevista ainda conta com orientações aos profissionais sobre como conquistar a confiança da criança, para retirar de seu relato a prova necessária contra o suposto agressor.

Para Charles Toniolo, assistente social, professor da UFRJ e membro da Comissão Sociojurídica do CRESS-RJ, tanto o Depoimento Especial como o recente caso da jovem de 16 anos, estuprada coletivamente por 33 homens, no Morro São João, em Jacarepaguá, evidenciaram a inabilidade do Estado e de seus agentes em lidar com situações de violência.

"Ocorreu um problema de condução da polícia civil por inabilidade em abordar a questão do estupro com a vítima. A solução dada foi transferir a investigação para uma delegada mulher. O que isso prova? A legitimação da inabilidade de determinados sujeitos do Estado. Se um juiz, um policial ou um promotor se declaram incapazes de ouvir uma criança, é a prova da falência do Estado como ente que deve reconhecer crianças e adolescentes como cidadãos, e, portanto, com o direito de serem ouvidas com qualidade", afirma Charles.

Ainda de acordo com Charles, o que esse projeto impõe é a obrigatoriedade do depoimento sem levar em consideração que a criança ou adolescente é sujeito de direito, isto é, que ela tem o direito de ser ouvida quando quer falar, e não obrigação. Outra questão levantada por esse tipo de depoimento seria, portanto, o despreparo desses agentes do Estado para lidar com situações como essas.

"Em determinados casos de violência a única saída hoje disponível de condição de prova é a fala da criança colocada numa



posição de vítima. A criminalização do agressor é considerado o elemento central à proteção da criança, sem levar em conta o contexto social da produção da violência. Mas a ideia de proteção é muito mais ampla do que a da punição. E assistentes sociais podem não perceber isso porque há o discurso ideológico de defender a criança e punir o agressor", diz Charles.

Já Áurea Fuziwara, assistente social do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo e membro do núcleo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos da PUC-SP, afirma que há um descompasso entre o avanço de ferramentas punitivas em relação a medidas protetivas.

"Em todo o projeto de lei nº 3792/2015, que versa sobre o tema e foi recentemente aprovado na Câmara dos Deputados, não há melhorias nas estratégias protetivas para além do que já existe. O que se anuncia como resultado dessas salas de Depoimento Especial é que estão tendo muito êxito com a prisão dos acusados, e não se fala em ampliação das redes de proteção. Para o agressor é cadeia e pronto. A ação protetiva não vai se viabilizar nesse contexto. Essas salas representam a estratégia de produção de provas criminais. Treinam profissionais para retirar a 'verdade', a prova do crime para que o agressor seja punido. Há intencionalidade

de assistentes sociais em contribuir com a proteção. Mas estes depoimentos são procedimentos que cerceiam a autonomia profissional e, conforme a literatura científica demonstra, atingem diretamente os direitos da criança e do adolescente. A maioria de assistentes sociais e psicólogos é contrária ao Depoimento Especial".

Tanto Charles como Áurea ressaltam a importância da valorização do estudo social nesses casos, onde o profissional ouve a criança, a família, a escola. O Depoimento desconsidera todo esse cuidadoso trabalho de analisar a situação social da violência e municiar o juiz com propostas de ação que visam a garantir os direitos dos sujeitos envolvidos.

Para Charles, enfrentar a violência sexual somente com práticas criminais não traz resultados eficazes.

"Ao invés de colocar assistentes sociais como 'papagaio de juiz' nessas salas de depoimento, por que não pensamos em discutir sexualidade nas escolas? Mas sem moralismos! Dizer para as crianças que o corpo é dela e que ninguém tem o direito de violá-lo".

Já Áurea acredita que a violência sexual virou um espetáculo midiático, como tantos outros crimes. Linchamentos, abusos e torturas nas prisões também fazem parte desse processo.

"O que essas salas de depoimento representam é algo muito cruel: apenas responsabilizar a criança pela produção da prova criminal. Isto é, ela sai da condição de objeto sexual de um adulto para ser objeto das necessidades de policiais, juízes e outros agentes do Estado. Ela não é sujeito de direitos em nenhum dos dois momentos. A criança às vezes não sabe das consequências concretas que um depoimento judicial provoca", afirma.

ENTIDADES SE POSICIONAM CONTRÁRIAS AO DEPOIMENTO ESPECIAL

No estado do Rio, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente já se posicionou contrário a existência dessas salas. Recentemente, a Comissão da Infância e Juventude da Associação Nacional dos Defensores Públicos reforçou esse posicionamento. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente está debatendo o tema e organizará uma audiência pública no Senado, onde o PL 3792/2015 tramita, exigindo que os atores do sistema de garantia de direitos possam opinar sobre a instituição dessas salas e pensar as políticas de proteção integral à criança e ao adolescente.